



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº. 16/2013

| | |
|--------------------------|---|
| Processo nº | 23255.013495/2013-73 |
| Objeto | REGISTRO DE PREÇOS, destinado à aquisição de impressoras para etiquetas de patrimônio, a fim de atender à demanda da Reitoria e dos demais Órgãos Participantes. |
| Tipo de Licitação | MENOR PREÇO UNITÁRIO |
| Fundamento Legal | Lei n. 10.520, de 17.07.2002, Decreto n. 3.555, de 08.08.2000, Decreto n. 5.450, de 31.05.2005, Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, e, subsidiariamente, a Lei n. 8.666/93. |
| Abertura | 26 de agosto de 2013 09h00min (horário Brasília) |
| Telefone | (085) 3401-2307 |
| Fax | (085) 3401-2304 |
| Endereço | Rua Doutor José Lourenço nº 3000 – Bairro Joaquim Távora – CEP: 60.115-282 FORTALEZA - CEARÁ |



PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2013

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE, por intermédio do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº. 025/PROAD de 08 de julho de 2013, torna público que na data, horário e local acima indicado, realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO**, para a obtenção do REGISTRO DE PREÇOS, destinado à aquisição de impressoras para etiquetas de patrimônio, a fim de atender à demanda da Reitoria e dos demais Órgãos Participantes, com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS pela licitante vencedora, de acordo com as disposições regulamentares contidas na Instrução Normativa MARE nº 05, de 21 de julho de 1995, no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto 3.693 de 20 de dezembro de 2000, Decreto nº 3.722 de 09 de Janeiro de 2001, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, na Instrução Normativa 1.234 da SRF, de 11 de janeiro de 2012, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504 de 08 de agosto de 2005, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

1 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. A abertura da sessão pública ocorrerá por meio de sistema eletrônico, conforme indicado a seguir:

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

DATA: 26/08/2013

HORÁRIO: 09h00min

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2 - DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a obtenção do REGISTRO DE PREÇOS, destinado à aquisição de impressoras para etiquetas de patrimônio, a fim de atender à demanda da Reitoria e dos demais Órgãos Participantes, atendendo às exigências contidas nas descrições e especificações dos itens constantes dos Anexos I e II – Termo de Referência e Planilha de Formação de Preços, deste Edital.



2.2. O Registro de Preços será formalizado por meio de Ata de Registro de Preços, na forma da minuta constante no ANEXO IV e nas condições previstas neste Edital.

2.3. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, contada a partir da sua assinatura.

ÓRGÃO GERENCIADOR

| UASG | Município/UF de Entrega |
|--|-------------------------|
| 158133 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO CEARÁ – REITORIA. | Fortaleza/CE |

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

| UASG | Município/UF de Entrega |
|---|-------------------------------|
| 158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA | 13218 - ARACATI/CE |
| 158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA | 13897 - FORTALEZA/CE |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | 14397 - JAGUARIBE/CE |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | 14532 - LIMOEIRO DO NORTE/CE |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | 14753 - MORADA NOVA/CE |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | 15636 - TABULEIRO DO NORTE/CE |
| 158316 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE | 14478 - JUAZEIRO DO NORTE/CE |
| 158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL | 15598 - SOBRAL/CE |
| 158319 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS MARACANAU | 13730 - CAUCAIA/CE |
| 158319 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS MARACANAU | 15857 - MARACANAU/CE |
| 158321 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO | 13854 - CRATO/CE |



| | |
|--|---------------------|
| 158321 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO | 98558 - UMIRIM/CE |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | 13030 - ACARAU/CE |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | 13510 - CAMOCIM/CE |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | 15695 - TIANGUA/CE |
| 158323 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CANINDÉ | 13412 - BATURITE/CE |
| 158323 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CANINDÉ | 13552 - CANINDE/CE |
| 158324 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATEUS | 13838 - CRATEUS/CE |
| 158324 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATEUS | 15679 - TAUA/CE |
| 158472 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS MONTEIRO | 20958 - MONTEIRO/PB |
| 158473 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS PICUÍ | 21296 - PICUI/PB |
| 158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL | UBAJARA |
| 158320 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS IGUATU | IGUATU |
| 158315 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS QUIXADÁ | QUIXADÁ |

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem às exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e que estejam previamente cadastradas e habilitadas no SICAF, conforme preceitua o Art. 3º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005; e no COMPRASNET por meio do site www.comprasnet.gov.br, constituindo condição necessária para obter acesso e participação neste Pregão Eletrônico e, também, será requisito obrigatório para fins de habilitação;

3.1.1. As orientações para cadastramento no COMPRASNET estão nos seguintes ícones sequenciais: Publicações→Manuais→Pregões→Eletrônico→Fornecedor, à disposição no site acima citado;



3.2. As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública.

3.3. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do presente Edital (§ 2º do Art. 21 do Decreto nº 5.450).

3.3.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital;

3.4. Não será admitida a participação de empresas:

3.4.1. Concorratórias, em processo de falência ou em recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.2. Que estejam suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE, enquanto perdurar a suspensão;

3.4.3. Que estejam constituídas sob a forma de cooperativas de prestação de serviços;

3.4.4. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição;

3.4.5. Estrangeiras que não funcionem no País.

3.5. A omissão da empresa, no que se refere a qualquer irregularidade, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

3.6. O procedimento licitatório é destinado exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), com fulcro no Art. 6º do Decreto nº. 6.204 de 05 de setembro de 2007.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, Art. 3º do Decreto nº 5.450), por meio do site: www.comprasnet.gov.br;

4.2. O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (§ 2º do Art. 3º do Decreto nº 5.450), que também será requisito obrigatório para fins de habilitação;

4.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, Art. 3º do Decreto nº 5.450);

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (§ 6º do Art. 3º do Decreto nº 5.450).

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.



- 4.6. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 4.7. A licitante descredenciada no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

5 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS

- 5.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (Inciso III do Art. 13º do Decreto nº 5.450/2005).
- 5.2. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV do Art. 13º do Decreto nº 5.450/2005).
- 5.3. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio somente por meio eletrônico, das propostas de preços, com valores unitários e totais, das **08h00min do dia 13 de agosto de 2013 às 09h00min do dia 26 de agosto de 2013, horário de Brasília**, exclusivamente pelo sítio www.comprasnet.gov.br (Inciso II do Art. 13º do Decreto nº 5.450/2005).
- 5.3.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de proposta serão responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo do IFCE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante, no sistema eletrônico. O IFCE também não se responsabilizará por eventual desconexão;
- 5.5. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro que verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 5.5.1. Serão desclassificadas as propostas que não apresentem como quantitativo mínimo o total solicitado no Termo de Referência, não sendo aceito qualquer quantitativo inferior ao total solicitado (Art. 9º, inc. IV, do Decreto 7892/2013).
- 5.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 5.7. Os atos e documentos constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, conforme Art. 30 § 1º do Decreto 5.450, de 31 de março de 2005.
- 5.8. Além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da Empresa, refletida no sistema após a fase de lances, as microempresas e empresas de pequeno porte, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, deverá declarar atendimento aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.
- 5.9. A descrição do objeto a ser adquirido, deverá estar em conformidade com aqueles constantes no Anexo II, planilha de formação de preços, deste Edital;



5.10 A Proposta de Preços escrita, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, atendendo às exigências, descrições e características constantes nos Anexos I e II, deste Edital, deverá ser formulada, com os valores unitários e totais atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, e enviada OBRIGATORIAMENTE, pela empresa vencedora, em até 60 (sessenta) minutos após a realização da etapa de lances, conforme a solicitação do pregoeiro do IFCE, através do e-mail: licitacao.reitoria@ifce.edu.br e colic.reitoria@gmail.com, contendo os seguintes dados:

5.10.1. Razão Social, Endereço completo, Telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Dados Bancários: Nº do Banco, Nº da Agência Bancária, Nº da Conta-Corrente e Nome da Praça de pagamento; E-mail e número do telefone, inclusive celular, do representante da empresa;

5.10.2. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão;

5.10.3. A especificação clara, completa, detalhada e minuciosa dos materiais ofertados, inclusive indicando a marca e o modelo ofertado, em atendimento aos Anexos I e II, deste Edital, devendo haver o cuidado, por parte do licitante, para que não contrarie as especificações constantes no edital, sob pena de desclassificação;

5.10.4. - Declaração expressa de que o prazo máximo de entrega dos materiais será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho;

5.11. Nos preços cotados deverão estar inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, como mão-de-obra, impostos, frete, seguro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, todas as taxas, equipamentos, serviços, encargos sociais, trabalhistas; seguros, lucro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e seus Anexos;

5.12. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o respectivo objeto ser fornecido sem ônus adicionais para o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE e para os participantes deste Registro de Preços nas quantidades informadas.

5.12.1. No que couber, deve estar incluso, também, o ICMS, conforme PROTOCOLO ICMS 21, de 1º de Abril de 2011, que estabelece disciplina à exigência do ICMS nas operações interestaduais que destinem mercadoria ou bem ao consumidor final, cuja aquisição ocorrer de forma não presencial no estabelecimento remetente.

5.13. Os preços cotados serão fixos pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços pelo representante da licitante vencedora e pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE;

5.14. Após abertura da sessão pública, não caberá retirada ou substituição da proposta de preços, nem mesmo a alegação de digitação incorreta após o encerramento da sessão de lances, já que o sistema proporciona a verificação e a confirmação do valor digitado antes do envio final, tanto para propostas quanto para os lances.

5.15. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

5.16. Os preços propostos e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de depois de encerrada a fase de lances, pleitear qualquer alteração.



5.17. A participação na licitação implica total, irrestrita e irretratável submissão das licitantes proponentes às condições deste Edital;

5.17.1. A aceitação do item dar-se-á após a confirmação da regularidade do material com a descrição constante no Anexo II deste Edital.

5.18. A Licitante detentora da melhor oferta e que encaminhar a proposta de preços via e-mail e ou fac-símile deverá apresentar, até as 18h00min do 3º (terceiro) dia útil posterior à realização da etapa de Aceitação, os originais na Sede da Reitoria do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE, na Rua Dr. José Lourenço, 3000 – Joaquim Távora – CEP: 60.115-282 – Fortaleza - CE, na sala da Diretoria de Administração – DIRAD.

5.19. A proposta deverá ser apresentada, preferencialmente, em 01 (uma) via, rubricada em todas as suas folhas, carimbada e assinada na última pelo titular ou representante legal da empresa com procuração válida à época da abertura do certame, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas;

5.20. Na hipótese de haver diferença nas descrições registradas no Sistema Comprasnet (www.comprasnet.gov.br) e nas especificações constantes do Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

5.21. Serão desclassificadas as propostas que não apresentem como quantitativo mínimo o total solicitado no Termo de Referência, não sendo aceito qualquer quantitativo inferior ao total solicitado (Art. 9º, inc. IV, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013).

5.22. A inobservância pelo licitante do contido nos itens 5.10 e 5.18 acarretará a não aceitação do item ganho, sem prejuízo das sanções estabelecidas na SEÇÃO IX do Termo de Referência.

6 – DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas Eletrônicas de Preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências do presente Edital e seus Anexos, compreende as seguintes fases: a) Etapa de lances. b) aceitação de propostas; c) habilitar, abrir e fechar prazo de intenção de recurso; d) juízo de admissibilidade; e) encerrar sessão pública.

7 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar seus lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo-lhes imediatamente informado o recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Assim como nas propostas, os lances serão ofertados com VALOR UNITÁRIO PARA CADA ITEM.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de sua aceitação.

7.4. Serão aceitos todos os lances desde que sejam menores que o seu último lance registrado no sistema, sem necessariamente ser menor que o lance vencedor, ou seja, a licitante que esteja classificada no 3º lugar ou acima pode ofertar um melhor lance que o 2º classificado. O sistema

registrará essa oferta para efeito de classificação. Se o vencedor do item for desclassificado, será chamado o segundo na ordem final de classificação e assim sucessivamente.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do detentor do lance.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

7.6.1. Quando a desconexão com o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e será reiniciada somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.7. A etapa de lances da sessão pública, prevista neste edital, será encerrada a qualquer momento do tempo aleatório (de 1 segundo a 30 minutos), não havendo prorrogação, independente do envio de novos lances.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital, nos termos do Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5450/2005.

7.9. O sistema indicará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.10. Poderão ser acordados pequenos acertos de valores para equacionar valores totais com unitários, de forma a manter os valores com 02 (duas) casas decimais, não podendo o valor ajustado ser superior ao negociado no Pregão.

7.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado por esta Administração, para a contratação.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

8.2. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.3. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor preço, ou caso o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.4. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.5. A negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar, quando houver necessidade, será sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final dos fornecedores participantes.



8.6. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital e seus anexos, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.7. Não será permitida alteração da proposta ou mesmo seu cancelamento após o seu envio, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico.

8.8. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

09 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Em atendimento aos art. 14, § único do Decreto 5.450/05 de 31/05/2005, serão habilitadas as pessoas jurídicas regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, da **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, estando ainda obrigadas à apresentação dos seguintes documentos:

9.2. Enviar, por meio do sistema eletrônico, no momento da elaboração e envio da proposta eletrônica, as seguintes declarações:

9.2.1. Declaração, conforme Artigo 32, Parágrafo Segundo, da Lei nº 8666/93, de superveniência de fato impeditivo da habilitação;

9.2.2. Declaração, em cumprimento ao estabelecido no Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal;

9.2.3 Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme regulamentação constante da Instrução Normativa nº 2, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 16 de setembro de 2009.

9.3. As declarações acima somente serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação, quando também poderão ser alteradas ou reenviadas pelos fornecedores, por solicitação do pregoeiro;

9.4. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos itens e subitens seguintes, não contemplados no SICAF, serão apresentados através do e-mail: licitacao.reitoria@ifce.edu.br e colic.reitoria@gmail.com, no prazo de 60 (sessenta) minutos após a solicitação do pregoeiro do IFCE no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, pela junta comercial (conforme Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994) ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo de 3 (três) dias úteis posterior à realização da etapa de Habilitação, à Sala da DIRAD – Diretoria de Administração do IFCE REITORIA, na Rua José Lourenço, nº 3000, Bairro Joaquim Távora, Fortaleza – CE, CEP: 60.115-282;

9.5. A licitante terá sua situação financeira avaliada, com base na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (> 1), resultantes da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}}$$



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.5.1. A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem 9.5 deste Edital, quando de sua habilitação deverá comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total de sua Proposta de Preços.

9.6. As sociedades constituídas há menos de 01 (um) ano poderão participar da licitação apresentando o balanço do período de sua existência, para comprovação do valor estabelecido no subitem 9.5.1;

9.7. Os documentos necessários à habilitação, quando apresentados por qualquer processo de cópia, deverão estar acompanhados do seu original ou autenticados por cartório competente ou por membro da equipe de apoio. Também serão aceitas publicações em órgãos da imprensa oficial, ou ainda nos termos da legislação pertinente a cada documento.

9.8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.9. A Documentação Obrigatória e a Habilitação Parcial válida no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF serão verificadas “online” pelo pregoeiro.

9.9.1. Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação da licitante, declarações estas que deverão ser assinadas pelo Pregoeiro Oficial.

9.9.2. Para fins de habilitação a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (§ 4º art. 25 do decreto nº 5450 de 31 de maio de 2005);

9.10. Serão consideradas **inabilitadas** as licitantes que deixarem de apresentar a documentação exigida neste edital de Pregão ou demonstrarem documentação vencida junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, após verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões ou não fizerem a comprovação, quando for o caso, do exigido no item 9.5 deste Edital;

9.10.1. Serão igualmente consideradas inabilitadas as empresas que apresentarem:

9.10.1.1. Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, com base na Lei 12.440/2011;

9.10.1.2. Registros impeditivos de Contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, com fulcro no art. 97, caput e parágrafo único da lei 8.666/93, consoante o determinado pelo acórdão 1793/2011 do TCU – Plenário.

9.10.1.3. Registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa disponível no portal do CNJ, nos termos do art. 97, parágrafo único, da lei 8.666/93, consoante o determinado pelo acórdão 1793/2011 do TCU – Plenário.



9.10.2. As certidões de que trata o subitem 9.10.1 serão verificadas “online” pelo pregoeiro, durante a fase de habilitação, nos sítios oficiais.

9.10.3. Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação da licitante, declarações estas que deverão ser assinadas pelo Pregoeiro Oficial.

9.11. Além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da Empresa, refletida no sistema após a fase de lances, as microempresas e empresas de pequeno porte, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, deverá declarar atendimento aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

9.11.1. Na fase de habilitação, deverá ser apresentada e conferida toda a documentação e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme §1º, art. 4º do Decreto 6.204, de 5 de setembro de 2007,

9.12. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o [art. 4º, inciso XV, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002](#), aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal, com fulcro no §2º, art. 4º do Decreto 6.204, de 5 de setembro de 2007;

9.13. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 deverá sempre ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados, de acordo com o §3º, art. 4º do Decreto 6.204, de 5 de setembro de 2007;

9.13. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 9.11.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, com fulcro §4º art. 4º do Decreto 6.204, de 5 de setembro de 2007;

10 - DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL

10.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, exclusivamente, por meio eletrônico através do e-mail: licitacao.reitoria@ifce.edu.br e colic.reitoria@gmail.com, de acordo com o Art. 18 do Decreto nº 5450/2005.

10.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

10.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, após serem corrigidas suas causas será designada nova data para a realização do certame, caso a modificação, inquestionavelmente, afetar a formulação das propostas.

10.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço licitacao.reitoria@ifce.edu.br e colic.reitoria@gmail.com.



10.5. Não serão reconhecidas as impugnações e esclarecimentos interpostos por fax ou outro meio não previsto no presente edital e vencidos os respectivos prazos legais.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente o registro de intenção de recurso, através do sistema.

11.2. O recorrente que teve seu registro de intenção de recurso aceita deverá apresentar a sua razão de recurso (o sistema disponibiliza para o recorrente campo específico para o registro de recurso), no prazo de 03 (três) dias corridos.

11.3. O sistema envia e-mail automaticamente para os demais licitantes avisando-os do recurso interposto, ficando estes, se for o caso, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, a contar do término do prazo recursal do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.4. O encaminhamento do registro de recurso, bem como da contra-razão de recurso, são possíveis somente por meio eletrônico (Comprasnet), conforme estabelece o Art. 26º do Decreto nº 5.450/2005.

11.4.1. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax ou outro meio não previsto no presente edital.

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do seu direito de recurso e a adjudicação do objeto licitado ao vencedor

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O processo permanecerá com vista franqueada aos interessados, no mesmo endereço estabelecido no subitem 5.18 deste Edital.

11.8. A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação e decisão da autoridade superior.

11.9. Uma vez decorrido o prazo de recurso e tendo-se passado para a fase seguinte da licitação, a licitante não poderá apresentar impugnação relativa à fase anterior.

11.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

11.11. Na contagem dos prazos será excluído o 1º (primeiro) dia do início e incluído o dia do vencimento, prorrogando-o automaticamente para o primeiro dia útil subsequente quando recair em data em que não haja expediente no IFCE.

12 – DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

12.1. Apresentada a intenção de interpor recurso pelo fornecedor, o pregoeiro irá acatar ou recusar a mesma, caso tenha sido registrada via sistema Comprasnet.

13 – ENCERRAR SESSÃO PÚBLICA



13.1. Não havendo a intenção de recurso, ou, se houver, após sua apreciação, a sessão será encerrada e este pregão passará para a fase de Adjudicação e Homologação.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver interposição de recurso, e pela autoridade superior quando da existência de recurso.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Ordenador de Despesas do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Após a proclamação do resultado da licitação e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, será efetuado o registro de preços e confeccionada a respectiva Ata de Registro de Preços, conforme modelo ANEXO IV do presente Edital, compromisso a ser firmado entre as concorrentes vencedoras e o Órgão Gerenciador e homologada pela autoridade competente;

15.2. Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa que teve o seu preço registrado assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, quando então será emitida a respectiva Nota de Empenho;

15.3. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento firmado pelo licitante vencedor e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços;

15.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada, no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE, pelo representante legal da empresa vencedora (classificada em primeiro lugar) – ver modelo, ANEXO IV, ao presente Edital;

15.5. Os licitantes vencedores serão convocados para comparecer ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação para assinar a Ata de Registro de Preços;

15.6. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser enviada por E-MAIL aos VENCEDORES, que deverão conferir as informações, imprimir, assinar, rubricar as demais folhas e remeter à Diretoria da Pró-reitoria de Administração para que seja assinada pelo Ordenador de Despesas e enviada, uma das vias, aos VENCEDORES;

15.7. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e mediante motivo justificado e aceito pela Administração;

15.8. Na hipótese do não atendimento à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado ao órgão gerenciador, aplicar as sanções previstas no Edital e proceder à adjudicação à licitante que obtiver a melhor classificação, pela ordem, nas mesmas condições do 1º colocado.

15.9. As licitantes classificadas a partir do 2º lugar poderão aderir ao preço do 1º colocado através de manifestação de vontade por escrito, por convocação, pelo inadimplemento do 1º colocado;

15.10. Fica vedada a transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços;



15.11. A fundamentação legal para a criação da Ata de Registro de Preços, oriunda desta contratação, encontra supedâneo no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o qual contempla em seu inciso III do Art. 3º que, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

16 – DA CONTRATAÇÃO

16.1. Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º, Art. 62, da Lei nº. 8.666/93, com suas posteriores alterações, passando a ter força de contrato este Edital e seus Anexos, a Proposta de Preços do licitante vencedor e a Nota de Empenho, para todos os efeitos legais.

17 – DA REVOGAÇÃO-ANULAÇÃO

17.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do Art. 29, do Decreto 5.450/05, assegurados o contraditório e a ampla defesa, não decorrendo dela qualquer direito de indenização por parte das licitantes ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. A licitante vencedora deverá entregar os materiais, objeto deste Pregão, de acordo com as especificações, contidas nos Anexos I e II deste Edital, e com os preços cotados em sua proposta;
- 18.2. À critério do IFCE, a abertura do presente Pregão Eletrônico poderá ser transferida para outra data, sem que caiba por esse motivo, qualquer recurso por parte das licitantes;
- 18.3. Para os efeitos deste Pregão, serão desclassificadas as propostas que não atendam às condições e exigências nele contidas ou que apresentem qualquer modalidade de informação, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, seja capaz de induzir em erro o Pregoeiro a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedade, origem, preço e quaisquer outros dados sobre o bem a ser fornecido;
- 18.4. Todo e qualquer custo decorrente da participação nessa licitação será de responsabilidade de cada proponente não cabendo ao IFCE quaisquer ônus;
- 18.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação;
- 18.6. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;
- 18.7. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;



18.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas ou anexado às mesmas qualquer tipo de documento que importem em modificações nos termos originais, salvo informações de cunho estritamente formal - assim entendido aquelas formalidades que venham a confirmar a concordância com as condições e exigência deste Pregão e que, por algum motivo, não constaram na proposta original - e que tenham como escopo selecionar a proposta mais vantajosa para esta Administração;

18.9. Em nenhuma hipótese serão aceitas alegações de desatendimento às condições ou exigências deste Edital, sob o argumento de o mesmo ter sido praticado em razão de interpretação errônea ou por pseudo-ausência de maior clareza;

18.10. Compete exclusivamente ao Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica, econômica e financeira de cada proponente, e a exequibilidade das propostas apresentadas;

18.11. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

18.12. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

18.13. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.

18.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela Administração.

18.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

18.16. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

18.17. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante no presente Edital, o lance é considerado proposta.

18.18. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.19. O Foro, para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório, será o da Justiça Federal de Fortaleza, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

18.20. Fazem parte integrante deste Edital, independente de sua transcrição:

ANEXOS:

I - Termo de Referência

II - Planilha de Formação de Preços

III - Proposta de Preços (Modelo)

IV - Ata de Registro de Preços

Fortaleza, 12 de agosto de 2013.



Rafael Graça Benevides
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2013
PROCESSO Nº 23255.013495/2013-73

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS, destinado a aquisição de **impressoras para etiquetas de patrimônio**, nas quantidades e especificações constantes do Item 4 deste Termo de Referência, a fim de atender à demanda da Reitoria e dos demais Órgãos Participantes.

1.1.1. MUNICÍPIOS DE ENTREGA:

| UASG | Tipo | Município/UF de Entrega | Quantidade |
|--|--------------|------------------------------|------------|
| 158133 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ - REITORIA | Gerenciadora | 13897 - FORTALEZA/CE | 2 |
| 158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA | Participante | 13218 - ARACATI/CE | 1 |
| 158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA | Participante | 13897 - FORTALEZA/CE | 2 |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | Participante | 14397 - JAGUARIBE/CE | 1 |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | Participante | 14532 - LIMOEIRO DO NORTE/CE | 2 |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO | Participante | 14753 - MORADA | 1 |



| | | | |
|---|--------------|-------------------------------------|---|
| DO NORTE | | NOVA/CE | |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | Participante | 15636 - TABULEIRO DO NORTE/CE | 1 |
| 158316 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE | Participante | 14478 - JUAZEIRO DO NORTE/CE | 2 |
| 158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL | Participante | 15598 - SOBRAL/CE | 2 |
| 158319 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS MARACANAU | Participante | 13730 - CAUCAIA/CE | 1 |
| 158319 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS MARACANAU | Participante | 15857 - MARACANAU/CE | 1 |
| 158321 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO | Participante | 13854 - CRATO/CE | 2 |
| 158321 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO | Participante | 98558 - UMIRIM/CE | 1 |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | Participante | 13030 - ACARAU/CE | 2 |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | Participante | 13510 - CAMOCIM/CE | 2 |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | Participante | 15695 - TIANGUA/CE | 2 |
| 158323 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CANINDÉ | Participante | 13412 - BATURITE/CE | 1 |
| 158323 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CANINDÉ | Participante | 13552 - CANINDE/CE | 2 |
| 158324 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATEUS | Participante | 13838 - CRATEUS/CE | 2 |
| 158324 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATEUS | Participante | 15679 - TAUA/CE | 2 |
| 158472 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS MONTEIRO | Participante | 20958 - MONTEIRO/PB | 1 |



| | | | |
|---|--------------|------------------|---|
| 158473 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS PICUÍ | Participante | 21296 - PICUI/PB | 1 |
| 158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL | Participante | UBAJARA | 2 |
| 158320 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS IGUATU | Participante | IGUATU | 2 |
| 158315 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS QUIXADÁ | Participante | QUIXADÁ | 2 |

2 – DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 Tendo em vista a implantação do módulo SUAP relativo à gestão de patrimônio, o qual será utilizado como ferramenta tecnológica na gestão patrimonial do IFCE, onde serão registradas todas as operações de gerenciamento dos bens permanentes, desde o seu registro, movimentação, depreciação, até seu desfazimento, e ainda, considerando que o registro do bem no SUAP gera, automaticamente, o número do tombamento respectivo, faz-se necessária à aquisição de impressoras para impressão de etiquetas em código de barras, bem como os respectivos insumos, objetivando a agilidade no processo de registro e evitando possíveis pendências causadas pela ausência de tombamento imediato, ou seja, antes da distribuição do bem.
- 2.2 Justifica-se, outrossim, a adoção de SRP fundamentada no Artigo 3º inciso III do Decreto nº 7892/2013, considerando a ampliação e expansão da rede IFCE no Estado do Ceará, em que será dada oportunidade a outras Unidades Gestoras manifestarem interesse em participar da licitação.
- 2.3 Ressalta-se que esta sistematização de adotar SRP tem como objetivo, dentre outros, o princípio da economicidade, que em termos práticos ajuda a Administração a otimizar a execução do orçamento e reduzir os custos da licitação.

3 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1. A aquisição em tela, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, na forma da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000 e do Decreto nº 5.450/2005, que regulamentam a modalidade do Pregão, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, e subsidiariamente as normas da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais normas contidas neste Termo de Referência.
- 3.2. A fundamentação legal para a criação da Ata de Registro de Preços, oriunda desta contratação, encontra supedâneo no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o qual contempla em seu inciso III do Art. 3º que, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES



4.1. Deverão ser atendidas as especificações abaixo.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA IMPRESSORA

| | |
|---|---|
| Tecnologia de Impressão: | Transferência Térmica/Térmica Direta |
| Resolução: | 203 dpi |
| Largura de Impressão (Máxima): | 104 mm (Máximo) |
| Velocidade de Impressão (Máxima): | 76 mm/s ou 1,5 pol/s a 4 pol/s |
| Processador: | RISC 32 Bits |
| Memória: | 8MB Dram/ 4MB a 8MB Flash |
| Temperatura da Cabeça Térmica: | Termistor |
| Posicionamento da Cabeça: | Micro Switch |
| Sensor de Espaçamento Etiquetas: | Sensor Ótico |
| Sensor de Marca: | Sensor Ótico |
| Sensor de Ribbon: | Sensor Ótico |
| Interface: | Serial RS-232 USB 2.0 |
| Tipos de Papel: | Papel Contínuo, Tarja Preta, Etiquetas Adesivas, Gap |
| Largura do Papel (Máxima): | 110 mm |
| Espessura do Papel: | 0,06 a 0,20 mm |
| Diâmetro do Rolo Papel (Máximo): | 127 mm (5 Polegadas) |
| Diâmetro do Tubete do Rolo de Papel: | 25 a 38 mm (1 a 1,5 Polegadas) |
| Ribbon: | cera, resina e mista/suportar rolo de até 92 metros de comprimento |
| Diâmetro do Tubete da Ribbon: | Aproximadamente, 12,5 mm a 12,7mm |
| Saída de Papel: | Rebobinador, Descascador (Opcionais) |
| Tipos de Código de Barras: | 1D: UPC-A, UPC-E, EAN-8, EAN-13, ITF25, C39, HBIC, CODABAR, 128, 93, UPC2, UPC5, Post25(China), UCC/EAN, Matrix 25, POSTNET 2D: PDF417, MAXICODE, QR |
| Fontes: | BPLA: Fontes Básicas: FONT0-FONT8; 6 Tipos ASC; 8 Tipos Courier |



| | |
|--|---|
| | BPLB: 5 Tipos Lattice, 20 Tipos de CodePages Definidos pelo Usuário: Pode ser escolhido pelo usuário e carregado na memória FLASH ou SDRAM |
| Rotação: | Rotação em 0°, 90°, 180° e 270° |
| Caracteres: | Expansível até 8x tanto na Horizontal quanto na Vertical |
| Compatibilidade Drivers: | Os drivers que acompanham a impressora suportam os sistemas operacionais Windows 2000, Windows XP, Windows Server 2003, Vista e Windows 7 |
| Emulação: | Emulação PPLA e PPLB |
| Tensão de Alimentação: | 110/220V bivolt automático, fonte de alimentação externa |
| Operação: | Temperatura de +5° a 45°C, Umidade 20 a 90% (40°C) |
| Armazenamento: | Temperatura de -40° a 60°C, Umidade 20 a 93% (40°C) |
| Dimensões (Prof. X Larg. X Alt.): | Aproximadamente, 278 x 218 x 185 mm |
| Peso: | Até 2,5 Kg |
| GARANTIA: | 1 ANO |
| ITENS INCLUSOS: | <ul style="list-style-type: none">• 02 ROLOS DE ETIQUETAS ADESIVAS COMPATÍVEIS COM AS ESPECIFICAÇÕES DA IMPRESSORA - Medidas da etiqueta em mm: 45x20x01 – material em polipropileno – cor branca• 02 RIBBONS DE RESINA – COR PRETA - compatível com as especificações da impressora |

5 – PLANO DE AQUISIÇÃO

- 5.1. A aquisição dos materiais será na medida exata em que surgir a respectiva demanda.
- 5.2. Os materiais devem ser solicitados mediante emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, que será enviada à contratada, por fax ou por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa.
- 5.3. A entrega dos materiais deverá ser realizada em horários definidos pela unidade responsável e indicados na Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho. Habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, podendo, a critério deste Órgão Gerenciador, ser deslocadas para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais ao contrato.



- 5.4. Correrá por conta da empresa a substituição dos materiais que não esteja de acordo com as especificações descritas item 04 – Das Especificações e na proposta de preços apresentada à época da realização da licitação.
- 5.5. Caso haja rejeição de algum material por parte deste Órgão Gerenciador, a empresa ficará obrigada substituí-los no prazo de até 10 (dez) dias, depois de notificada.
- 5.6. **A entrega ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho**, nas quantidades que o ÓRGÃO GERENCIADOR/PARTICIPANTE solicitar, observado o limite contratado.

6 – DO RECEBIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

- 6.1. **O recebimento acontecerá nos Almoxarifados conforme endereço especificado no item 1.1.1 deste Termo de Referência, com o prazo de entrega de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho:**

I – Recebimento provisório:

- a) O objeto deve ser entregue pela Contratada, rigorosamente conforme especificações descritas no item 04 deste Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE;
- b) O Responsável do Almoxarifado do IFCE - Reitoria será o responsável pelo recebimento do material, e limitar-se-á a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar na mesma, a data de recebimento do material e, se for o caso, as irregularidades observadas;

II – Recebimento Definitivo:

- a) no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, o responsável procederá ao recebimento definitivo, verificando a qualidade dos materiais entregues de conformidade com o exigido neste Edital e com o constante na respectiva proposta de preço da licitante vencedora;
- b) caso satisfatório as verificações deste inciso, o responsável atestará a efetivação da entrega dos materiais na Nota Fiscal e a encaminhará à Contabilidade do IFCE, para fins de pagamento;
- c) caso insatisfatório as verificações, será lavrado Termo de Recusa e Devolução no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação formal desta Administração, o material rejeitado para fins de novas verificações;
- d) caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará, a contratada, incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;
- e) os custos de substituição do material rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.
- f) Todos os documentos deverão estar redigidos em língua portuguesa.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Cumprir fielmente o compromisso assumido, de modo que não haja nenhuma reclamação por parte dos usuários dos materiais;
- 7.2. Proceder à entrega dos materiais, no prazo estabelecido no Item 06 deste Termo de Referência, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o



- caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;
- 7.3. Responder por todos os ônus referentes à entrega dos materiais ora adquiridos, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre a presente aquisição;
- 7.4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos materiais, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resulte a destruição ou danificação dos materiais, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Materiais” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- 7.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 7.6. Substituir, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação formal desta Administração, os materiais rejeitados, após verificações pelo setor solicitante;
- 7.7. Realizar testes e corrigir defeitos nos Materiais e equipamentos, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para o CONTRATANTE, durante o período de garantia;
- 7.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos Materiais/equipamentos, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Cumprir todos os compromissos assumidos na presente aquisição;
- 8.2. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;
- 8.3. Realizar conferência, pelo responsável do recebimento, dos materiais entregues pela vencedora, confrontando com o edital e a proposta, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada entrega fiel e correta dos mesmos.
- 8.4. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- 8.5. Exercer a fiscalização por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- 8.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, na aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- 8.7. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- 8.8. Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - PENALIDADES

- 9.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação



falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 28 do Decreto 5450, de 31/05/05;

- 9.2. Pela inexecução total do contrato, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa aplicar à CONTRATADA, sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, sendo que a multa será de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato;
- 9.3. Pela inexecução parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa aplicar à CONTRATADA, sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, sendo que a multa incidirá na proporção de 2% (dois por cento) em atrasos até o 30º dia, e 3% (três por cento) em atrasos superiores a 30(trinta) dias, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) do valor referente à parte não executada do contrato;
- 9.4. Uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da contratada, o valor deduzido será devolvido;
- 9.5. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.
- 9.6. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 9.7. As penalidades serão registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.
- 9.8. Desde que não caiba aplicação de sanção mais grave, os licitantes que descumprirem as obrigações e responsabilidades assumidas na licitação, e/ou acarretarem transtornos ao desenvolvimento dos serviços do IFCE estarão sujeitos à advertência.

10 – DO CONTRATO

10.1. Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º, Art. 62, da Lei nº. 8.666/93, com suas posteriores alterações, passando a ter força de contrato este Edital e seus Anexos, a Proposta de Preços do licitante vencedor e a Nota de Empenho, para todos os efeitos legais.

11 – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A fiscalização e o acompanhamento do contrato serão exercidos por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.
- 11.2. O acompanhamento será exercido no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades advindas da fabricação do material, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 11.3. **São atribuições do representante da CONTRATANTE:**

- 11.3.1 - Controlar os prazos, bem como o cumprimento das demais cláusulas previstas no instrumento convocatório, buscando garantir a fiel execução contratual;
- 11.3.2 - Assegurar a regularidade e constância do fluxo de informações existentes entre o IFCE e a Contratada, assim como entre os diversos órgãos da Administração, envolvidos direta ou indiretamente com o objeto contratual;
- 11.3.3 - Registrar as reclamações, impugnações e outras informações relevantes que, eventualmente, venham a ocorrer durante a execução do Contrato, mantendo, para esse fim o controle através de um "Livro de Ocorrência" ou outro que o substitua;
- 11.3.4 - Informar toda e qualquer irregularidade relativa à execução Contratual ao superior hierárquico, bem como as matérias que ultrapassem a sua competência;
- 11.3.5 - Atestar as faturas correspondentes, após análise dos valores e verificação da conformidade dos materiais, no prazo previsto no instrumento convocatório, para efeito de pagamento;
- 11.3.6 - Caso os valores constantes nas planilhas e notas fiscais/faturas contenham qualquer incorreção, deverá ser justificada no mesmo prazo e razão pela qual deixará de ser atestada a veracidade das informações, sendo comunicada a contratada para a devida correção;
- 11.3.7 - Solicitar da empresa contratada a substituição dos materiais em desacordo com o ofertado;
- 11.3.8 - Os casos de descumprimento de obrigação serão encaminhados à Coordenadoria de Contratos para que sejam tomadas as providências cabíveis.
- 11.3.9 - Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos interesses da Instituição, sobretudo quanto aos valores praticados.

12 – DA GARANTIA

- 12.1. Deverá ser fornecida garantia mínima não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais ofertados;
- 12.2. A garantia incluirá o reparo e/ou a substituição de quaisquer peças ou componentes defeituosos, exceto daquelas que comprovadamente sofreram desgastes por uso inadequado, tudo sem qualquer ônus para o IFCE/Órgão Participante;
- 12.3. As substituições dos materiais defeituosos deverão ocorrer num prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data da comunicação formal do IFCE/Órgão Participante à licitante vencedora;
- 12.4. O prazo referido no subitem acima poderá ser alterado desde que devidamente justificado pela Contratada e aceito pela Contratante.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. Os créditos orçamentários para atendimento deste processo licitatório serão garantidos pelo Tesouro Nacional, no Programa Educação Profissional e Tecnológica – 2031, na Ação – 20RG – Reestruturação e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais, oriundos de Descentralizações de Créditos Orçamentários e Créditos Extraordinários alocados na LOA 2013, detalhado na natureza de despesa 4490.52.



14 – DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será feito por meio de crédito bancário na conta da empresa fornecedora, em até 30 (trinta) dias, após recebimento da Nota Fiscal e certificação do responsável pelo recebimento definitivo.
- 14.1.1. Atendendo ao protocolo ICMS 42/2009, cláusula segunda, inciso I, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), da Receita Federal do Brasil (RFB), ficam obrigadas as empresas vencedoras no certame de entregar o objeto adjudicado somente acompanhado de nota fiscal eletrônica (nf-e), modelo 55, em substituição à nota fiscal modelos 1 e 1-a, salvo as empresas classificadas como microempreendedor individual (mei), conforme consta na cláusula terceira do citado protocolo.
- 14.2. Para execução do pagamento, a fornecedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, em nome do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ Reitoria e/ou órgãos participantes, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- 14.3. Caso a fornecedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuição das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 14.4. Entregue e aceite definitivamente a totalidade dos equipamentos/materiais, a empresa apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pelo IFCE e/ou pelo Órgão participante, mediante ordem bancária em nome da contratada na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no instrumento contratual.
- 14.5. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 14.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a fornecedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o IFCE ou Órgão participante;
- 14.7. O IFCE ou Órgão participante poderá deduzir do montante os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Termo.
- 14.8. Em caso de irregularidade fiscal, o IFCE ou Órgão participante notificará a Contratada, para que sejam sanadas as pendências no prazo de 15 (quinze) dias prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa aceita pela Contratante, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de obrigação, e ficará o Fornecedor sujeito às sanções administrativas previstas no instrumento convocatório;
- 14.9. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da empresa que apresentou a proposta;
- 14.10. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.



14.11. Serão efetuados, no pagamento, a retenção e recolhimento de tributos e contribuições conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações.

14.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15 – VALOR ESTIMADO

15.1. O valor estimado da presente aquisição é de **R\$ 43.997,60 (quarenta e três mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).**

Tássio Francisco Lofti Matos
Pró-reitor de Administração
IFCE-REITORIA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2013
PROCESSO Nº 23255.013495/2013-73

ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | Quantidade Total | Valor unitário estimado (R\$) | Valor total estimado (R\$) |
|------|--|---------------------|--|----------------------------------|
| 1 | Tecnologia de Impressão: Transferência Térmica/Térmica Direta Resolução: 203 dpi Largura de Impressão (Máxima): 104 mm (Máximo) Velocidade de Impressão (Máxima): 76 mm/s ou 1,5 pol/s a 4 pol/s Processador: RISC 32 Bits Memória: 8MB Dram/ 4MB a 8MB Flash Temperatura da Cabeça Térmica: Termistor Posicionamento da Cabeça: Micro Switch Sensor de Espaçamento Etiquetas: Sensor Ótico Sensor de Marca: Sensor Ótico Sensor de Ribbon: Sensor Ótico Interface: Serial RS-232 USB 2.0 Tipos de Papel: Papel Contínuo, Tarja Preta, Etiquetas Adesivas, Gap Largura do Papel (Máxima): 110 mm Espessura do Papel: 0,06 a 0,20 mm Diâmetro do Rolo Papel (Máximo): 127 mm (5 Polegadas) Diâmetro do Tubete do Rolo de Papel: 25 a 38 mm (1 a 1,5 Polegadas) Ribbon: cera, resina e mista/suportar rolo de até 92 metros de comprimento | 40 | 1.099,94 | 43.997,60 |



| | | | |
|---|--|--|--|
| <p>Diâmetro do Tubete da Ribbon: Aproximadamente, 12,5 mm a 12,7mm</p> <p>Saída de Papel: Rebobinador, Descascador (Opcionais)</p> <p>Tipos de Código de Barras: 1D: UPC-A, UPC-E, EAN-8, EAN-13, ITF25, C39, HBIC, CODABAR, 128, 93, UPC2, UPC5, Post25(China), UCC/EAN, Matrix 25, POSTNET 2D: PDF417, MAXICODE, QR</p> <p>Fontes: BPLA: Fontes Básicas: FONT0-FONT8; 6 Tipos ASC; 8 Tipos Courier BPLB: 5 Tipos Lattice, 20 Tipos de CodePages Definidos pelo Usuário: Pode ser escolhido pelo usuário e carregado na memória FLASH ou SDRAM</p> <p>Rotação: Rotação em 0°, 90°, 180° e 270°</p> <p>Caracteres: Expansível até 8x tanto na Horizontal quanto na Vertical</p> <p>Compatibilidade Drivers: Os drivers que acompanham a impressora suportam os sistemas operacionais Windows 2000, Windows XP, Windows Server 2003, Vista e Windows 7</p> <p>Emulação: Emulação PPLA e PPLB</p> <p>Tensão de Alimentação: 110/220V bivolt automático, fonte de alimentação externa</p> <p>Operação: Temperatura de +5° a 45°C, Umidade 20 a 90% (40°C)</p> <p>Armazenamento: Temperatura de -40° a 60°C, Umidade 20 a 93% (40°C)</p> <p>Dimensões (Prof. X Larg. X Alt.): Aproximadamente, 278 x 218 x 185 mm</p> <p>Peso: Até 2,5 Kg</p> <p>GARANTIA: 1 ANO</p> <p>ITENS INCLUSOS:</p> <ul style="list-style-type: none">• 02 ROLOS DE ETIQUETAS ADESIVAS COMPATÍVEIS COM AS ESPECIFICAÇÕES DA IMPRESSORA - Medidas da etiqueta em mm: | | | |
|---|--|--|--|



| | | | | |
|---------------|---|--|--|--|
| | 45x20x01 – material em polipropileno – cor branca <ul style="list-style-type: none">• 02 RIBBONS DE RESINA – COR PRETA - compatível com as especificações da impressora | | | |
| R\$ 37.397,96 | | | | |

OBS.:

1. OS PREÇOS DE CADA ITEM NÃO PODERÃO SER SUPERIORES AO ESTIMADO NESTA PLANILHA DE FORMAÇÃO;
2. NA HIPÓTESE DE HAVER DIFERENÇA NAS DESCRIÇÕES REGISTRADA NO SISTEMA COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br) E NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL, DEVERÃO SER CONSIDERADAS AS DO EDITAL;



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local e data.

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2013
PROCESSO Nº 23255.013495/2013-73

Sr. Pregoeiro,

A Empresa _____ sediada à _____ (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- Reitoria, órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço, a **aquisição de impressoras para etiquetas de patrimônio** a fim de atender às demandas do IFCE – Reitoria e dos demais Órgãos Participantes, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Proposta de Preços:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDA DE | QUANTIDA DE | VALOR UNITÁRIO (EM R\$) | VALOR TOTAL (EM R\$) |
|-----------------------------------|---|-------------|----------------|-------------------------------|----------------------------|
| | DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, COM A MARCA E O MODELO | | | | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA (EM R\$): | | | | | |

Preço Total Geral – R\$ 0,00 (e por extenso);

- b) **Prazo de entrega** dos materiais: prazo máximo é de até **30 (trinta) dias** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho;
- c) Prazo de **validade da proposta**: não inferior a 60 dias;
- d) Nos preços cotados deverão estar inclusos todas as despesas, de qualquer natureza, como mão-de-obra, impostos, frete, seguro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, todas as taxas,



equipamentos, serviços, encargos sociais, trabalhistas; seguros, lucro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo;

e) Deverá ser fornecida garantia mínima não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais ofertados;

f) Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente para efeito de pagamento).

g) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no Edital, indicado para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (profissão), _____(função na empresa), residente a rua, avenida _____ nº _____, em _____(cidade), como responsável legal desta empresa.

h) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome
Cargo do Representante da Empresa
RG nº. _
CPF nº. -

Obs.: A proposta deverá ser apresentada, preferencialmente, em 01 (uma) via, rubricada em todas as suas folhas, carimbada e assinada na última pelo titular ou representante legal da empresa, com procuração válida da época da abertura do certame, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas.



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2013
PROCESSO Nº. 23255.013495/2013-73

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos ____ dias do mês de ____ de 2013, no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE, localizado na Rua Doutor José Lourenço, 3000, Joaquim Távora, Fortaleza-Ceará, o Ordenador de Despesas, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e dos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, nº 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; nº 4.342, de 23 de agosto de 2002 e nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e das demais normas aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 16/2013** com Registro de Preços deste Instituto Federal de Educação, e **Ata de Registro de Preços** publicada no Diário Oficial da União e homologada pelo Ordenador de Despesas do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE, RESOLVE fazer o **REGISTRO DE PREÇOS, destinado a aquisição de impressoras para etiquetas de patrimônio, a fim de atender à demanda da Reitoria e dos demais Órgãos Participantes**, que passa a fazer parte integrante desta, tendo o(s) mesmo(s) oferecido(s) pela empresa _____, com endereço _____, CNPJ/MF _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____ cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. O objeto desta convocação é o **REGISTRO DE PREÇOS, destinado a aquisição de impressoras para etiquetas de patrimônio, a fim de atender à demanda da Reitoria e dos demais Órgãos Participantes**, conforme especificações constantes abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO | PREÇO ESTIMADO TOTAL |
|------|-----------|-------|--------|-------------------------|----------------------|
| 01 | | | | | |

1.2. O valor da presente Ata perfaz a quantia total de R\$ _____, conforme valores constantes na proposta comercial de preços apresentada pela PROMITENTE CONTRATADA no Pregão nº. 16/2013.

1.3. Os preços registrados manter-se-ão fixos e irrevogáveis durante a validade desta Ata.

1.4. Município de entrega do Órgão Gerenciador e Órgãos participantes:



| UASG | Tipo | Município/UF de Entrega | Quantidade |
|--|--------------|-------------------------------|------------|
| 158133 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ - REITORIA | Gerenciadora | 13897 - FORTALEZA/CE | 2 |
| 158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA | Participante | 13218 - ARACATI/CE | 1 |
| 158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA | Participante | 13897 - FORTALEZA/CE | 2 |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | Participante | 14397 - JAGUARIBE/CE | 1 |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | Participante | 14532 - LIMOEIRO DO NORTE/CE | 2 |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | Participante | 14753 - MORADA NOVA/CE | 1 |
| 158314 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE | Participante | 15636 - TABULEIRO DO NORTE/CE | 1 |
| 158316 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE | Participante | 14478 - JUAZEIRO DO NORTE/CE | 2 |
| 158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL | Participante | 15598 - SOBRAL/CE | 2 |
| 158319 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS MARACANAÚ | Participante | 13730 - CAUCAIA/CE | 1 |
| 158319 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS MARACANAÚ | Participante | 15857 - MARACANAÚ/CE | 1 |
| 158321 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO | Participante | 13854 - CRATO/CE | 2 |



| | | | |
|--|--------------|------------------------|---|
| 158321 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO | Participante | 98558 - UMIRIM/CE | 1 |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | Participante | 13030 - ACARAU/CE | 2 |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | Participante | 13510 - CAMOCIM/CE | 2 |
| 158322 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU | Participante | 15695 - TIANGUA/CE | 2 |
| 158323 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CANINDÉ | Participante | 13412 - BATURITE/CE | 1 |
| 158323 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CANINDÉ | Participante | 13552 - CANINDE/CE | 2 |
| 158324 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATEUS | Participante | 13838 - CRATEUS/CE | 2 |
| 158324 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATEUS | Participante | 15679 - TAUA/CE | 2 |
| 158472 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS MONTEIRO | Participante | 20958 - MONTEIRO/PB | 1 |
| 158473 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS PICUI | Participante | 21296 - PICUI/PB | 1 |
| 158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL | Participante | UBAJARA | 2 |
| 158320 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS IGUATU | Participante | IGUATU | 2 |
| 158315 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS QUIXADÁ | Participante | QUIXADÁ | 2 |

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contada a partir da sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.



CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, em conformidade com o art. 22º do Decreto 7892/2013.

3.1.1. Com base no § 3º, art. 22 do Decreto 7892/2013, as aquisições adicionais a que se refere o item 3.1., por órgão ou entidade, serão de até 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços será, na totalidade, até o quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme o § 4º do art. 22 do Decreto 7892/2013.

3.1.3. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador. (§ 5º do art. 22, Decreto 7892/2013).

3.1.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em **até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

3.1.5. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.2. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na Cláusula I desta Ata de acordo com a respectiva classificação na Ata do Pregão nº 01/2013 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, quanto ao preço, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 16/2013 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integra.

CLAÚSULA IV – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

4.1. **10.1. Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º, Art. 62, da Lei nº. 8.666/93, com suas posteriores alterações, passando a ter força de contrato este Edital e seus Anexos, a Proposta de Preços do licitante vencedor e a Nota de Empenho, para todos os efeitos legais.**



CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contrato de fornecimento do material só estará caracterizado mediante o recebimento do pedido de compra, formalizado por meio da Nota de Empenho e Contrato, se for o caso, pelo Contratado.

5.2. O Contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

5.3. Se o material não corresponder às exigências do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE será solicitada ao contratado a substituição deste, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis se for o caso.

5.4. Ao fim da entrega dos materiais deverá ser emitida a respectiva Nota Fiscal/Fatura.

CLÁUSULA VI – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito por meio de crédito bancário na conta da empresa fornecedora, em até 30 (trinta) dias, após recebimento da Nota Fiscal e certificação do responsável pelo recebimento definitivo.

6.1.1. Atendendo ao protocolo ICMS 42/2009, cláusula segunda, inciso I, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), da Receita Federal do Brasil (RFB), ficam obrigadas as empresas vencedoras no certame de entregar o objeto adjudicado somente acompanhado de nota fiscal eletrônica (nf-e), modelo 55, em substituição à nota fiscal modelos 1 e 1-a, salvo as empresas classificadas como microempreendedor individual (mei), conforme consta na cláusula terceira do citado protocolo.

6.2. Para execução do pagamento, a fornecedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, em nome do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ Reitoria e/ou órgãos participantes, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

6.3. Caso a fornecedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuição das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

6.4. Entregue e aceite definitivamente a totalidade dos equipamentos/materiais, a empresa apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pelo IFCE e/ou pelo Órgão participante, mediante ordem bancária em nome da contratada na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no instrumento contratual.

6.5. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

6.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a fornecedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da



situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o IFCE ou Órgão participante;

6.7. O IFCE ou Órgão participante poderá deduzir do montante os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Termo.

6.8. Em caso de irregularidade fiscal, o IFCE ou Órgão participante notificará a Contratada, para que sejam sanadas as pendências no prazo de 15 (quinze) dias prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa aceita pela Contratante, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de obrigação, e ficará o Fornecedor sujeito às sanções administrativas previstas no instrumento convocatório;

6.9. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da empresa que apresentou a proposta;

6.10. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

6.11. Serão efetuados, no pagamento, a retenção e recolhimento de tributos e contribuições conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações.

6.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 28 do Decreto 5450, de 31/05/05;

7.2. Pela inexecução total do contrato, o CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa aplicar à CONTRATADA, sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, sendo que a multa será de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato;

7.3. Pela inexecução parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa aplicar à CONTRATADA, sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, sendo que a multa incidirá



na proporção de 2% (dois por cento) em atrasos até o 30º dia, e 3% (três por cento) em atrasos superiores a 30(trinta) dias, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) do valor referente à parte não executada do contrato;

7.4. Uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da contratada, o valor deduzido será devolvido;

7.5. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

7.6. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.7. As penalidades serão registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

7.8. Desde que não caiba aplicação de sanção mais grave, os licitantes que descumprirem as obrigações e responsabilidades assumidas na licitação, e/ou acarretarem transtornos ao desenvolvimento dos serviços do IFCE estarão sujeitos à advertência.

CLÁSULA VIII – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser revistos, com fulcro no Art. 17, do Decreto nº 7892/2013, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. (Art. 18, Decreto nº 7892/2013).

8.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá, com base nos motivos previstos no Art. 19, incisos I e II, do Decreto nº 7892/2013:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.4. Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, com base nos motivos previstos no Art. 20, incisos I a IV, do Decreto nº 7892/2013, quando:

- I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, com base nos motivos previstos no Art. 21, incisos I e II, do Decreto nº 7892/2013:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceite as razões do pedido.

9.5. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta Ata, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se os comprovantes aos autos que deram origem ao registro de preços.

9.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por meio de Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

CLAÚSULA X – DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO E EMISSÃO DOS PEDIDOS DE COMPRA

10.1. O pedido de compra dos materiais objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, conforme a necessidade, pelo Ordenador de Despesas do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE – Reitoria e/ou Órgãos Participantes.

10.2. A emissão do pedido de compra, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizado pelo Ordenador de Despesas do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE e/ou Órgãos Participantes.

CLÁUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

11.1. A fundamentação legal para a criação da Ata de Registro de Preços, oriunda desta contratação, encontra supedâneo no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o qual contempla em seu inciso III do Art. 3º que, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.



CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1.. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Fortaleza Seção Judiciária do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, e demais normas aplicáveis.

Fortaleza - CE, ____ de _____ de 2013.

Ordenador de Despesas

Representante da Empresa



INSTITUTO FEDERAL
CEARÁ

